



# UNIFEI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

## Técnico em Assuntos Educaçãoais

**EDITAL ABERTURA DE VAGAS Nº 86 / 2023  
- DDP (11.77.02)**

CÓD: SL-108AB-24  
7908433252979

## Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos: ideias principais e secundárias; ideias explícitas e implícitas; fatos e opiniões; relações intratextuais e intertextuais.....	7
2. Gêneros textuais: formas e funções .....	10
3. Linguagem verbal e linguagem não verbal .....	17
4. Vocabulário: sentido de palavras e de expressões no texto; denotação e conotação .....	19
5. Aspectos gramaticais: ortografia; funcionamento de diferentes recursos linguísticos no texto (níveis morfológico, sintático e semântico) .....	19
6. Normas de concordância verbal e de concordância nominal .....	20
7. Normas de regência verbal e de regência nominal.....	21
8. Pontuação .....	24
9. Coerência textual. Mecanismos de coesão (referencial, recorrencial e sequencial) .....	26
10. Variação linguística .....	27

## Legislação

1. constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (artigos 37 a 41) .....	37
2. Lei nº 8.112/1990 e suas alterações .....	42
3. Decreto nº 1.171/1994 e suas alterações .....	67
4. Lei nº 8.027/1990 .....	69
5. Lei nº 8.429/1992 e suas alterações .....	71
6. Lei nº 9.784/1999 e suas alterações .....	80
7. Lei nº 11.091/2005 e suas alterações .....	90
8. Lei nº 12.527/2011 e suas alterações .....	94
9. Lei nº 13.709/2018 e suas alterações .....	101
10. Lei nº 14.133/2021 e suas alterações .....	114
11. Regimento Geral da UNIFEI e suas alterações (artigos 1 a 10) .....	155

## Noções de Informática

1. Conceitos básicos de operação com arquivos utilizando o Windows Explorer para as versões do Windows 7, 8 ou 10 .....	161
2. Noções de navegação na internet, para as versões do Windows 7, 8 ou 10 .....	163
3. Noções consistentes de trabalho com computadores em rede interna, ambiente Windows para as versões do Windows 7, 8 ou 10.....	169
4. Noções consistentes de escrita e editoração de texto utilizando o Microsoft Word (versões 2007, 2010 ou 2013) e LibreOffice-Writer (versão 5.0.6 ou superior).....	170
5. Noções consistentes de cálculo e organização de dados em planilhas eletrônicas utilizando o Microsoft Excel (versões 2007, 2010 ou 2013) e LibreOffice-Calc (versão 5.0.6 ou superior).....	182
6. Noções básicas, como usuário, do funcionamento de computadores e de periféricos.....	193
7. Noções básicas, como usuário, dos sistemas operacionais Windows (versões 7, 8 ou 10) .....	197
8. Noções de segurança da informação e backup.....	215

# Conhecimentos Específicos Técnico em Assuntos Educacionais

1. Políticas Públicas para a Educação Superior .....	223
2. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) e suas alterações .....	233
3. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (SINAES) e suas alterações .....	250
4. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010 e suas alterações .....	253
5. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (PNE) .....	268
6. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 .....	284
7. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 .....	287
8. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.....	300
9. Planejamento e gestão educacional.Planejamento, planos e projetos educativos; projeto político-pedagógico (metodologia de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico).....	302
10. Gestão, Avaliação e Validação de Projetos Educacionais .....	321
11. Avaliação institucional e Curricular para a Educação Superior .....	321
12. Princípios norteadores para uma Educação Inclusiva.....	322
13. Educação a Distância.....	322
14. Design Instrucional .....	324
15. Planejamento Didático e Teorias Pedagógicas.....	325
16. Acessibilidade e Tecnologia Assistiva na Educação .....	329
17. Análise e Desempenho do Ensino e Aprendizagem.....	330
18. Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: Cartilha A3P .....	330
19. Tecnologias educacionais e inovação.....	336
20. Avaliação do processo de ensino e aprendizagem, concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa e extensão .....	336

Um Projeto Educativo é, segundo a definição de Costa<sup>18</sup>, um “documento de caráter pedagógico que, elaborado com a participação da comunidade educativa, estabelece a identidade da própria escola através da adequação do quadro legal em vigor à sua situação concreta, apresenta o modelo geral de organização e os objetivos pretendidos pela instituição e, enquanto instrumento de gestão, é ponto de referência orientador na coerência da ação educativa”.

Isto é, um Projeto Educativo é um documento de orientação pedagógica que, não podendo contrariar a legislação vigente, explicita os princípios, os valores, as metas as estratégias através das quais a escola propõe realizar a sua função educativa.

Barbier<sup>19</sup> distingue dois tipos de projeto - o projeto de situação (“representações relativas ao estado final do objeto, da identidade, da situação que se procura transformar ou modificar”) e o projeto do processo (“representações relativas ao processo que permite chegar a este estado final”).

*O projeto é, por um lado, uma “antecipação” relativa a um estado, uma “representação antecipadora do estado final de uma realidade”, uma previsão ou prospectiva, um objetivo ou fim a atingir, uma pequena utopia.*

Seu conteúdo não é um acontecimento ou objeto pertencente ao ambiente atual ou passado, mas um fato possível, uma imagem ou representação de uma possibilidade, uma ideia a se transformar em ato, um futuro a se “fazer”, uma possibilidade a se transformar em realidade. Sua relação é com um “tempo a vir”, “um futuro de que constitui uma antecipação, uma visão prévia” segundo Barbier<sup>20</sup>.

Por outro lado, a função do projeto não se reduz a simples representação do futuro. Barbier<sup>21</sup> atribui-lhe ainda um duplo efeito - o operatório ou pragmático e o mobilizador da atividade dos atores implicados.

No entendimento de Boutinet<sup>22</sup>, o projeto implica um comprometimento com o futuro. A construção de um projeto já implica na vontade de fazê-lo acontecer. Daí seu valor pragmático. O projeto não age, pois, dizer não equivale automaticamente a fazer, mas “dizer prepara o fazer”.

O projeto expressa a representação da realização da ação, ou seja, a imagem do resultado da ação. “No caso de uma ação coletiva[...], escreve Barbier<sup>23</sup>, é o projeto que fornece a representação comum que permite a realização coordenada das operações de execução”. Na sua função mobilizadora, o projeto apresenta, no plano afetivo, efeitos dinamizadores da atividade dos atores implicados.

Nossas imagens ou representações constituem um elemento dinamizador da mudança e, portanto, um fator de concretização do projeto.

Para Vidal, Cárave e Florencio<sup>24</sup>, o projeto educativo é:

- Um meio de adequação das intenções educativas da sociedade às características concretas de uma escola;
- Elemento orientador do conjunto de atividades educativas de uma escola;
- Instrumento integrador das atividades educativas de uma escola;
- Garantia de coerência e de continuidade nas diferentes atuações dos membros de uma comunidade escolar;
- Critério para avaliar e homologar os processos;
- Documento dinâmico para definir as estruturas e estratégias organizacionais da escola;
- Ponto de referência para a solução dos conflitos de convivência.

O projeto educativo traduz o engajamento da instituição escolar, suas prioridades, seus princípios. Ele define o sentido de suas ações e fixa as orientações e os meios para colocá-las em prática. É formulado por um documento escrito que estabelece a identidade da escola (diz o que ela é), apresenta seus propósitos gerais (diz o que ela quer) e descreve seu modelo geral de organização (diz como ela se organiza).

Concebido como um projeto de longo prazo, ele visa favorecer a continuidade e a coerência da ação da escola. Embora não seja um documento inalterável, não deverá estar sujeito a profundas e constantes alterações anuais. De modo geral, “a sua duração dependerá fundamentalmente da permanência em cada instituição das pessoas que o elaboraram e da estabilidade das suas convicções”, segundo Costa<sup>25</sup>.

Para Vidal, Cárave e Florencio<sup>26</sup> e para Carvalho e Diogo<sup>27</sup>, o projeto educativo de escola é um documento de planificação da ação educativa, de amplitude integral, de duração de longo prazo e de natureza geral e estratégica. Assim, é mais amplo e abrangente do que o projeto pedagógico e o plano de Unidade Didática que são meios em relação ao projeto educativo e têm como objeto converter as finalidades deste em ações, pois são documentos de planificação operatória.

O projeto educativo distingue-se também de outras planificações escolares, como o Plano Trienal escolar, o Plano anual de Escola, o Projeto curricular de turma e o Regimento interno da Escola, que estão destinados a concretizá-lo relativamente a aspectos mais operacionais e, portanto, têm um caráter tático, e instrumental.

O projeto educativo é elaborado por toda a comunidade escolar. O projeto educativo da escola é um conjunto de opções ideológicas, políticas, antropológicas, axiológicas e pedagógicas resultantes da tensão entre o estabelecido ou imposto pelo Estado (projeto vertical), a prática implícita interna à escola (projeto ritual) e a postura utópica ou intencional da comunidade escolar (projeto intencional).

**Dimensões do projeto educativo**, citadas por Carvalho e Diogo<sup>28</sup>:

18 COSTA, Adelino Jorge: “Construção de projetos educativos nas escolas: traços de um percurso debilmente articulado.” - Revista Portuguesa de Educação, Volume 17, nº 2. 2004.

19 BARBIER, J.-M. *Elaboração de projectos de acção e planificação*. Porto: Porto Editora. 1993.

20 Idem 16.

21 Idem 16.

22 BOUTINET, J. P. *Le concept de projet e ses niveaux*. Éducation Permanente, nº 86. 1986.

23 BARBIER, J.-M. *Elaboração de projectos de acção e planificação*. Porto: Porto Editora. 1993.

24 VIDAL, J. G., CÁRAVE, G. e FLORENCIO, M. A. Madrid: Editorial EOS. 1992.

25 COSTA, J. A. *Gestão escolar: Participação, autonomia, projecto educativo da escola*. Lisboa: Texto Editora. 1992.

26 VIDAL, J. G., CÁRAVE, G. e FLORENCIO, M. A. Madrid: Editorial EOS. 1992.

27 CARVALHO, A. E DIOGO, F. *Projecto educativo*. Porto: Edições Afrontamento. 1994.

28 Idem 24.

escola desenvolve com base nas finalidades e nos objetivos que ela define. As finalidades da escola referem-se aos efeitos intencionalmente pretendidos e almejados (Alves 1992, p. 19).

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, toda escola precisa ter um projeto político-pedagógico (o PPP, ou simplesmente Projeto Pedagógico).

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *pro-jec-tu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação.

Segundo Veiga<sup>30</sup>, ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente.

Nas palavras de Gadotti<sup>31</sup>:

*Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado com a promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.*

Nessa perspectiva, o **Projeto Político Pedagógico** vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

*“A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica”.*

Na **dimensão pedagógica** reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Político e pedagógico têm assim uma significação indissociável. Neste sentido é que se deve considerar o projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis a efetivação de sua intencionalidade, que “não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva”.

Por outro lado, propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. Pode parecer complicado, mas trata-se de uma relação recíproca entre a dimensão política e a dimensão pedagógica da escola.

O **Projeto Político-Pedagógico**, ao se constituir em processo democrático de decisões, **preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.**

Desse modo, o projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: **como organização da escola** num todo e **como organização da sala de aula**, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade.

Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva.

Portanto, é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula.

Buscar uma nova organização para a escola constitui uma ousadia para os educadores, pais, alunos e funcionários. E para enfrentarmos essa ousadia, necessitamos de um referencial que fundamente a construção do projeto político-pedagógico.

A questão é, pois, saber a qual referencial temos que recorrer para a compreensão de nossa prática pedagógica. Nesse sentido, temos que nos alicerçar nos pressupostos de uma teoria pedagógica crítica viável, que parta da prática social e esteja compromissada em solucionar os problemas da educação e do ensino de nossa escola.

Uma teoria que subsidie o projeto político-pedagógico e, por sua vez, a prática pedagógica que ali se processa deve estar ligada aos interesses da maioria da população. Faz-se necessário, também, o domínio das bases teórico-metodológicas indispensáveis à concretização das concepções assumidas coletivamente. Mais do que isso, afirma Freitas<sup>32</sup> que:

*As novas formas têm que ser pensadas em um contexto de luta, de correlações de força - às vezes favoráveis, às vezes desfavoráveis. Terão que nascer no próprio “chão da escola”, com apoio dos professores e pesquisadores. Não poderão ser inventadas por alguém, longe da escola e da luta da escola.*

Se a escola se nutre da vivência cotidiana de cada um de seus membros, coparticipantes de sua organização do trabalho pedagógico à administração central, seja o Ministério da Educação, a Se-

32 FREITAS Luiz Carlos. “Organização do trabalho pedagógico”. Palestra proferida no 11 Seminário Internacional de Alfabetização e Educação. Novo Hamburgo, agosto de 1991.

30 VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14ª edição Papyrus, 2002.

31 GADOTTI, Moacir. “Pressupostos do projeto pedagógico”. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 1994.

assumem sua parte de responsabilidade na construção do projeto político-pedagógico e na relação destes com o contexto social mais amplo.

A liberdade deve ser considerada, também, como liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber direcionados para uma intencionalidade definida coletivamente.

**Valorização do magistério:** é um princípio central na discussão do projeto político-pedagógico. A qualidade do ensino ministrado na escola e seu sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país relacionam-se estreitamente a formação (inicial e continuada), condições de trabalho (recursos didáticos, recursos físicos e materiais, dedicação integral à escola, redução do número de alunos na sala de aula etc.), remuneração, elementos esses indispensáveis à profissionalização do magistério.

O reforço à valorização dos profissionais da educação, garantindo-lhes o direito ao aperfeiçoamento profissional permanente, significa *“valorizar a experiência e o conhecimento que os professores têm a partir de sua prática pedagógica”*.

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos.

A formação continuada deve estar centrada na escola e fazer parte do projeto político-pedagógico. Assim, compete à escola:

- proceder ao levantamento de necessidades de formação continuada de seus profissionais;
- elaborar seu programa de formação, contando com a participação e o apoio dos órgãos centrais, no sentido de fortalecer seu papel na concepção, na execução e na avaliação do referido programa.

Daí, passarem a fazer parte dos programas de formação continuada, questões como cidadania, gestão democrática, avaliação, metodologia de pesquisa e ensino, novas tecnologias de ensino, entre outras.

Inicialmente, convém alertar para o fato de que essa tomada de consciência, dos princípios do projeto político-pedagógico, não pode ter o sentido espontaneísta de se cruzar os braços diante da atual organização da escola, que inibe a participação de educadores, funcionários e alunos no processo de gestão.

É preciso ter consciência de que a dominação no interior da escola efetiva-se por meio das relações de poder que se expressam nas práticas autoritárias e conservadoras dos diferentes profissionais, distribuídos hierarquicamente, bem como por meio das formas de controle existentes no interior da organização escolar. Por outro lado, a escola é local de desenvolvimento da consciência crítica da realidade.

#### **Estratégia de Planejamento**

**Marco Referencial:** é necessário definir o conjunto de ideias, de opções e teorias que orientará a prática da escola. Para tanto, é preciso analisar em que contexto a escola está inserida. Para assim definir e explicitar com que tipo de sociedade a escola se compromete, que tipo de pessoas ela buscará formar e qual a sua intencio-

nalidade político, social, cultural e educativa. Esta assunção permite clarear os critérios de ação para planejar como se deseja a escola no que se refere à dimensão pedagógica, comunitária e administrativa.

É um momento que requer estudos, reflexões teóricas, análise do contexto, trabalho individual, em grupo, debates, elaboração escrita. Devem ser criadas estratégias para que todos os segmentos envolvidos com a construção do projeto político-pedagógico possam refletir, se posicionar acerca do contexto em que a escola se insere. É necessário partir da realidade local, para compreendê-la numa dimensão mais ampla. Então se deve analisar e discutir como vivem as pessoas da comunidade, de onde vieram quais grupos étnicos a compõem, qual o trabalho que realizam como são as relações deste trabalho, como é a vida no período da infância, juventude, idade adulta e a melhor idade (idoso) nesta comunidade, quais são as formas de organização desta comunidade, etc.

A partir da reflexão sobre estes elementos pode-se discutir a relação que eles têm no tempo histórico, no sentido de perceber mudanças ocorridas na forma de vida das pessoas e da comunidade. Analisar o que tem de comum e tentar fazer relação com outros espaços, com a sociedade como um todo. Discutir como se vê a sociedade brasileira, quais são os valores que estão presentes, como estes são manifestados, se as pessoas estão satisfeitas com esta sociedade e o seu modo de organização.

Para delimitar o **marco doutrinal** do projeto político-pedagógico propõe-se discutir: **que tipo de sociedade nós queremos construir, com que valores, o que significa ser sujeito nesta sociedade, como a escola pode colaborar com a formação deste sujeito durante a sua vida.**

Para definirmos o **marco operativo** sugere-se que analisemos **a concepção e os princípios para o papel que a escola pode desempenhar na sociedade.**

Propomos a partir da leitura de textos, da compreensão de cada um, discutir com todos os segmentos como queremos que seja nossa escola, que tipo de educação precisamos desenvolver para ajudar a construir a sociedade que idealizamos como entendemos que ser a proposta pedagógica da escola, como devem ser as relações entre direção, equipe pedagógica, professores, alunos, pais, comunidade, como a escola pode envolver a comunidade e se fazer presente nela, analisando qual a importância desta relação para os sujeitos que dela participam.

**Marco Diagnóstico:** é o segundo passo da construção do projeto e se constitui num momento importante que permite uma radiografia da situação em que a escola se encontra na organização e desenvolvimento do seu trabalho pedagógico acima de tudo, tendo por base, o **marco referencial, fazer comparações e estabelecer necessidades para se chegar à intencionalidade do projeto.**

O documento produzido sobre o marco referencial deve ser lido por todos. Com base neste documento deve-se elaborar um roteiro de discussão para comparar todos os elementos que aparecem no documento com a prática social vivida, ou seja, discutir como de fato se dá a relação entre escola e a comunidade, como ela trabalha com os conhecimentos que os alunos trazem da sua prática social, como os conteúdos são escolhidos, como os professores planejam o seu trabalho pedagógico da escola, como e quando se

**Currículo:** identificar o paradigma curricular em concordância com sua opção do método, da teoria que orienta sua prática. Implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. Na organização curricular é preciso considerar alguns pontos básicos:

**1º** - é o de que o currículo não é um instrumento neutro. O currículo passa ideologia, e a escola precisa identificar e desvelar os componentes ideológicos do conhecimento escolar que a classe dominante utiliza para a manutenção de privilégios. A determinação do conhecimento escolar, portanto, implica uma análise interpretativa e crítica, tanto da cultura dominante, quanto da cultura popular. O currículo expressa uma cultura.

**2º** - é o de que o currículo não pode ser separado do contexto social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado.

**3º** - diz respeito ao tipo de organização curricular que a escola deve adotar. Em geral, nossas instituições têm sido orientadas para a organização hierárquica e fragmentada do conhecimento escolar.

**4º** - refere-se a questão do controle social, já que o currículo formal (conteúdos curriculares, metodologia e recursos de ensino, avaliação e relação pedagógica) implica controle. Por outro lado, o controle social é instrumentalizado pelo currículo oculto, entendido este como as "mensagens transmitidas pela sala de aula e pelo ambiente escolar".

Assim, toda a gama de visões do mundo, as normas e os valores dominantes são passados aos alunos no ambiente escolar, no material didático e mais especificamente por intermédio dos livros didáticos, na relação pedagógica, nas rotinas escolares. Os resultados do currículo oculto "estimulam a conformidade a ideais nacionais e convenções sociais ao mesmo tempo que mantêm desigualdades socioeconômicas e culturais".

Orientar a organização curricular para fins emancipatórios implica, inicialmente desvelar as visões simplificadas de sociedade, concebida como um todo homogêneo, e de ser humano como alguém que tende a aceitar papéis necessários à sua adaptação ao contexto em que vive. Controle social na visão crítica, é uma contribuição e uma ajuda para a contestação e a resistência à ideologia veiculada por intermédio dos currículos escolares.

**Ensino, aprendizagem e avaliação:** orientações didáticas e metodológicas quanto à educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial, educação de jovens e adultos, educação profissional. Mecanismos de acompanhamento pedagógico, de recuperação paralela, de avaliação: indicadores de aprendizagem, di-retrizes, procedimentos e instrumentos de recuperação e avaliação.

**Programa de formação continuada:** concepção, objetivos, eixos, política e estratégia.

**Formas de relacionamento com a comunidade:** concepção de educação comunitária, princípios, objetivos e estratégias.

**Organização do tempo e do espaço escolar:** cronograma de atividades.

- diárias, semanais, bimestrais, semestrais, anuais.
- estudo, planejamento, enriquecimento curricular, ação comunitária.
- normas de utilização de espaços comuns da instituição.

O tempo é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico. O calendário escolar ordena o tempo: determina o início e o fim do ano, prevendo os dias letivos, as férias, os períodos escolares em que o ano se divide, os feriados cívicos e religiosos, as datas reservadas à avaliação, os períodos para reuniões técnicas, cursos etc.

O horário escolar, que fixa o número de horas por semana e que varia em razão das disciplinas constantes na grade curricular, estipula também o número de aulas por professor. Tal como afirma Enguita<sup>38</sup>.

(...) *As matérias tornam-se equivalentes porque ocupam o mesmo número de horas por semana e, são vistas como tendo menor prestígio se ocupam menos tempo que as demais.*

A organização do tempo do conhecimento escolar é marcada pela segmentação do dia letivo, e o currículo é, conseqüentemente, organizado em períodos fixos de tempo para disciplinas supostamente separadas. O controle hierárquico utiliza o tempo que muitas vezes é desperdiçado e controlado pela administração e pelo professor.

Em resumo, quanto mais compartimentado for o tempo, mais hierarquizadas e ritualizadas serão as relações sociais, reduzindo, também, as possibilidades de se institucionalizar o currículo integração que conduz a um ensino em extensão.

Para alterar a qualidade do trabalho pedagógico torna-se necessário que a escola reformule seu tempo, estabelecendo períodos de estudo e reflexão de equipes de educadores fortalecendo a escola como instância de educação continuada.

É preciso tempo para que os educadores aprofundem seu conhecimento sobre os alunos e sobre o que estão aprendendo. É preciso tempo para acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico em ação. É preciso tempo para os estudantes se organizarem e criarem seus espaços para além da sala de aula.

**Acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico:** parâmetros, mecanismos de avaliação interna e externa, responsáveis, cronograma.

Esses são alguns elementos que devem ser abordados no projeto pedagógico.

Geralmente encontram-se documentos com a seguinte organização: apresentação, dados de identificação, organograma, histórico, filosofia, pressupostos teóricos e metodológicos, objetivos, organização curricular, processo de avaliação da aprendizagem, avaliação institucional, processo de formação continuada, organização e utilização do espaço físico, projetos/programas, referências, anexos, apêndices, dentre outros:

#### **Finalidades**

Segundo Veiga<sup>39</sup>, a escola persegue finalidades. É importante ressaltar que os educadores precisam ter clareza das finalidades de sua escola. Para tanto há necessidade de se refletir sobre a ação educativa que a escola desenvolve com base nas finalidades e nos objetivos que ela define. As finalidades da escola referem-se aos efeitos intencionalmente pretendidos e almejados.

38 ENGUITA, Mariano F. *A face oculta da escola: Educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

39 VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 12ª edição Papyrus, 2002.

O processo de avaliação envolve três momentos: a descrição e a problematização da realidade escolar, a compreensão crítica da realidade descrita e problematizada e a proposição de alternativas de ação, momento de criação coletiva.

A avaliação, do ponto de vista crítico, não pode ser instrumento de exclusão dos alunos provenientes das classes trabalhadoras. Portanto, deve ser democrática, deve favorecer o desenvolvimento da capacidade do aluno de apropriar-se de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente e deve ser resultante de um processo coletivo de avaliação diagnóstica.

### GESTÃO, AVALIAÇÃO E VALIDAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS

A gestão, avaliação e validação de projetos educacionais são elementos essenciais para garantir a eficácia e a qualidade das iniciativas voltadas para a área da educação. Aqui estão algumas diretrizes importantes para cada uma dessas etapas:

#### Gestão de Projetos Educacionais:

- Definição de Objetivos: É fundamental estabelecer claramente os objetivos do projeto educacional, identificando o que se espera alcançar e quais são as metas a serem atingidas.

- Planejamento: Desenvolver um plano detalhado que inclua as atividades a serem realizadas, os recursos necessários, o cronograma de execução e os responsáveis por cada tarefa.

- Alocação de Recursos: Garantir que os recursos financeiros, humanos e materiais estejam disponíveis e sejam alocados de forma eficiente para a execução do projeto.

- Monitoramento e Controle: Realizar o acompanhamento contínuo do progresso do projeto, identificando desvios em relação ao planejado e tomando medidas corretivas quando necessário.

- Comunicação: Estabelecer canais de comunicação eficazes para garantir uma troca constante de informações entre os membros da equipe e os stakeholders do projeto.

#### Avaliação de Projetos Educacionais:

- Definição de Critérios de Avaliação: Estabelecer critérios claros e mensuráveis para avaliar o desempenho e os resultados do projeto, levando em consideração os objetivos estabelecidos.

- Coleta de Dados: Utilizar uma variedade de métodos e técnicas para coletar dados relevantes que permitam avaliar o impacto do projeto, como questionários, entrevistas, observações e análise de documentos.

- Análise dos Resultados: Analisar os dados coletados para identificar tendências, padrões e áreas de melhoria, comparando os resultados alcançados com os objetivos inicialmente estabelecidos.

- Feedback: Fornecer feedback aos envolvidos no projeto, incluindo a equipe responsável pela implementação, os beneficiários e os financiadores, destacando os pontos fortes e as áreas de desenvolvimento.

#### Validação de Projetos Educacionais:

- Testes Piloto: Realizar testes piloto ou pequenas implementações do projeto antes da sua total implementação, para identificar possíveis falhas e ajustar o planejamento.

- Consulta às Partes Interessadas: Envolver as partes interessadas, como professores, alunos, pais e membros da comunidade, no processo de validação do projeto, garantindo que suas necessidades e expectativas sejam consideradas.

- Revisão por Pares: Submeter o projeto a revisões por pares ou especialistas na área educacional, que possam fornecer feedback construtivo e sugestões de melhoria.

- Aprovação Final: Após realizar os ajustes necessários com base no feedback recebido, obter a aprovação final para a implementação completa do projeto.

Ao seguir essas diretrizes, é possível garantir que os projetos educacionais sejam bem planejados, eficazmente executados, adequadamente avaliados e validados, contribuindo assim para a melhoria da qualidade da educação e o alcance dos objetivos educacionais estabelecidos.

### AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

No ensino superior, a avaliação do ensino-aprendizagem é vista como um processo, porque, ao avaliar o aluno, o professor não o julga em uma situação específica, mas acompanhar evolução do seu crescimento.

#### Modalidades e funções das avaliações:

— avaliação diagnóstica: é aplicada no início do período letivo ou do curso, e tem o objetivo de verificar se os estudantes dominam os pré-requisitos fundamentais, ou seja, se detém as habilidades e conhecimentos indispensáveis para as aprendizagens previstas futuramente. É aplicada, também, para identificar possíveis problemas de aprendizagem, bem como suas causas prováveis, na busca por solucioná-los.

— avaliação formativa: é realizada durante do processo de ensino-aprendizagem, isto é, no decorrer do período letivo. O objetivo desse tipo de avaliação é fornecer ao educador as informações sobre o desempenho de aprendizagem de cada aluno.

— avaliação somativa: aplicada ao término do curso ou do período letivo, tem a função de classificar os alunos conforme os níveis de aproveitamento pré-definidos. A avaliação somática atribui a cada aluno um conceito final ou nota relacionada à sua assimilação dos conteúdos. Em geral, resulta na promoção de séries.

#### Quarta geração

Esta geração foi caracterizada pela teleconferência. Teve seu início em 1980 pela utilização na educação a distância dos Estados Unidos, onde esta tecnologia era utilizada para atividades em grupo. Muitos educadores sentiram-se atraídos por esta tecnologia, pois se aproximava mais da visão tradicional de educação do que dos modelos por correspondências, universidades abertas ou estudo em casa.

A primeira tecnologia usada nesse âmbito foi a teleconferência, pois obtinha interação bidirecional entre aluno e professor. O aluno podia interagir com professores e outros alunos em tempo real. Essa interação poderia ser conduzida com alunos em suas casas ou escritórios utilizando telefones comuns.

Esta geração também foi marcada pela era do satélite de comunicação. Assim que surgira essa nova tecnologia universidades norte-americanas iniciaram experiências com transmissão de programas educacionais. Geralmente, esses programas eram transmitidos em estações receptoras, depois retransmitindo localmente.

Ainda nesta geração, avança-se a educação a distância fora da educação superior. Treinamentos para corporações e educação continuada para profissionais liberais. Para esse novo meio de educação a distância utilizava-se a televisão comercial, vídeos e áudios interativos transmitidos por satélites.

Em 1987, com uma lei aprovada para as escolas americanas, surgia um programa para o uso de telecomunicações para instrução em matemática, ciências e idiomas, assim proporcionando cursos de nível médio em 19 estados.

#### Quinta geração

Esta geração é marcada pelas aulas virtuais baseadas no computador e na internet. Quando surgiram os primeiros computadores, que ocupavam salas inteiras, ficava inviável o uso dessa tecnologia para educação.

Com o surgimento dos computadores pessoais estimava-se que em torno de 15% das residências norte-americanas possuíam um computador pessoal e quase todas as crianças tinha acesso a um em casa ou na escola. Os softwares educacionais também foram uma nova forma de domínios dos conhecimentos.

Com o surgimento da internet, obtemos uma nova evolução na forma de educação, pois podia-se conectar grupos de estudos pelo mundo todo. Como as tecnologias das gerações anteriores, a tecnologia da internet estimulava novas ideias de como organizar o ensino a distância.

#### — História da educação a distância no Brasil

No Brasil, o marco inicial da educação a distância foi em 1900. Pesquisadores encontraram recortes de jornais do Rio de Janeiro em que se ofereciam cursos de datilografia por correspondência.

Quatro anos mais tarde, chegava ao Brasil uma filial norte-americana de escolas internacionais que capacitava alunos para conhecimentos comerciais. Em 1912 era possível fazer diversos cursos de diversas áreas por correspondência.

A tecnologia do Rádio foi utilizada no Brasil em 1923 com a criação da Rádio Sociedade: Foi um projeto de um grupo de intelectuais da academia brasileira de ciências (ABC), que pretendia divulgar a ciência no país. Além de música (clássica e popular), eram transmitidos informativos e uma série de cursos, como os de inglês, francês, história do Brasil, literatura portuguesa, literatura francesa, radiotelegrafia e telegrafia, além de palestras de divulgação científica.

Foi estimulado pelo código brasileiro de telecomunicações, em 1960, a produção de programas com conteúdos de educação para ouvintes e telespectadores, assim, promovendo as televisões educativas. Infelizmente, em 1970 a educação a distância no Brasil restringia-se apenas a cursos profissionalizantes, porém, neste mesmo período, ela começava a ganhar relevância no estudo formal, principalmente para suprir as necessidades de quem não havia frequentado, ou havia abandonado, o ensino regular. Assim constituiu-se a Lei Federal 5692/71, que abordava o ensino Supletivo.

Em 1974 foi criado o Projeto Saci, que utilizava o formato de telenovelas para distribuir conteúdo educacional em aulas pré-gravadas, em 1978 apareceu a iniciativa mais popular nesse sentido. O telecurso 2º grau, criado pela TV Cultura e pela Fundação Roberto Marinho, tornou-se uma das mais abrangentes ações de Educação a Distância da TV.

Mesmo em aceleração, a educação a distância continuava restrita ao ensino técnico, para alunos que não possuíam possibilidade de frequentar o presencial. Além disso, essa modalidade ainda não fazia parte do ensino superior.

Muitas foram as dificuldades até a educação a distância chegar ao ensino superior e ser legalizada. Você deve estar se perguntando: qual a importância de conhecer a história da educação a distância no mundo e no Brasil? A educação nas escolas ainda está em processo de transformação, tendo o conhecimento dessa trajetória podemos refletir e pensar novas formas de ensinar ou mediar nossos alunos.

### DESIGN INSTRUCIONAL

O design instrucional é uma disciplina fundamental na área educacional, especialmente relevante no contexto da rápida evolução das tecnologias de informação e comunicação. Esse campo abrange a prática sistemática de criar experiências educacionais eficazes e eficientes, que facilitam a aprendizagem e melhoram o desempenho dos alunos. Ao aplicar princípios de design e teorias pedagógicas, os designers instrucionais desenvolvem materiais e ambientes educacionais que são cientificamente fundamentados e adaptados às necessidades dos aprendizes. Com o crescimento do e-learning e das modalidades de educação híbrida, o papel do design instrucional tornou-se ainda mais crucial, moldando a forma como o conteúdo educacional é entregue e experienciado em diversos contextos de aprendizagem.

#### Fundamentos do Design Instrucional

O design instrucional baseia-se em um processo sistemático que inclui a análise das necessidades e objetivos de aprendizagem, o design do processo educacional, o desenvolvimento de materiais, a implementação de estratégias de ensino e a avaliação dos resultados alcançados. Este processo é iterativo, permitindo ajustes e melhorias contínuas em resposta ao feedback dos usuários e às mudanças nas condições de ensino e aprendizagem. Um dos modelos mais conhecidos e utilizados é o ADDIE, acrônimo de Análise, Design, Desenvolvimento, Implementação e Avaliação. Cada fase do modelo ADDIE serve como um guia para estruturar de forma eficaz os procedimentos educacionais, garantindo que os objetivos de aprendizagem sejam atendidos de maneira clara e mensurável.

### O que é Didática

A Didática é um ramo específico da Pedagogia. Enquanto a Pedagogia pode ser conhecida como filosofia, ciência e técnica da educação, que estuda, portanto, a educação, a instrução e o ensino, a Didática pode ser conceituada como a arte, como a técnica de ensino.

Conceitua-se didática como sendo: síntese, sistematização, organização do trabalho docente. E mais, a maneira como o professor sintetiza, sistematiza, organiza o conteúdo de sua prática docente depende de uma tomada de decisão que, por sua vez, dependerá da fundamentação que o professor tenha sobre o seu trabalho e suas relações com o ser humano e com o mundo em que vive.

O conjunto dessas decisões é o que constitui o campo da Didática. A didática é uma das áreas mais importantes da Pedagogia, pois ela investiga os fundamentos, as condições e os modos de realizar a educação mediante o ensino.

É uma ação historicamente situada e que faz a Didática ir se constituindo como teoria do ensino, não para criar regras e métodos válidos para qualquer tempo e lugar, mas para ampliar nossa compreensão das demandas que a atividade de ensinar produz, com base nos saberes acumulados sobre essa questão.

A verdade é que o conceito de Didática tem mudado com o passar do tempo, estando ligado à sua colocação em relação à concepção de educação e à concepção filosófica que a orienta.

### Conceitos de Didática

A didática admite vários conceitos que foram apresentados a seguir e os justifica como sendo oriundos do ponto de vista de várias abordagens ou concepções de educação, tais como: Sentido Etimológico; Senso Comum; Abordagem Tradicional; Abordagem Humanista; Abordagem Tecnista; Abordagem Sociopolítica; e, Abordagem Multidimensional ou Fundamental.

#### • Sentido Etimológico

Didática - deriva da expressão grega *techné didaktiké*, que significa “arte ou técnica de ensinar”.

#### • Senso Comum

Didática - método, técnica, norma, conjunto de princípios técnicos; disciplina prática e normativa; modo, maneira de dar aula.

#### • Abordagem Tradicional

Didática - doutrina da instrução, entendida como um conjunto de normas prescritivas centradas no método e em regras, no intelecto, no conteúdo dogmático. O método mais empregado é o expositivo, segundo o qual o professor é o centro do processo da aprendizagem.

A metodologia de ensino tem um caráter formal; o professor atribui um significado dogmático aos conteúdos, concebe o aluno como um ser passivo, sem autonomia e sem considerar conhecimentos e experiências anteriores. Para garantir a atenção, o silêncio, o professor usa a disciplina rígida, utilizando inclusive castigos físicos.

#### • Abordagem Humanista

Didática - apresenta caráter de neutralidade científica, de base psicológica, defendendo ideias de “aprender fazendo” e “aprender a aprender”, sem considerar o contexto político-social. A característica mais marcante da Didática é a valorização da criança que é vista como um ser dotado de poderes individuais, cuja liberdade, iniciativa, autonomia e interesse devem ser respeitados.

Neste sentido, o conteúdo da Didática enfatiza a questão da motivação para aprender, o atendimento às diferenças individuais e aos interesses do aluno, como também uma metodologia que atenda a esses aspectos.

#### • Abordagem Tecnista

Didática - preocupa-se com as variáveis internas do processo ensino-aprendizagem, sem considerar o contexto político-social, procurando desenvolver uma alternativa não psicológica, centrando-se nos aspectos da “tecnologia educacional”, tendo como preocupação básica a eficácia e a eficiência do processo de ensino. A atuação da Didática está voltada para o planejamento didático formal, na formulação de objetivos de ensino, na elaboração de materiais instrucionais, organização e eficiência técnica desse ensino e a uma avaliação objetiva da aprendizagem.

#### • Abordagem Sociopolítica

Didática - assume os discursos sociológico, filosófico e histórico. Ela é questionada, postula uma antididática e seu papel deverá ir além dos métodos e técnicas, associando escola e sociedade, teoria-prática, auxiliando o processo de politização do professor.

A educação não está centrada no professor ou no aluno, mas na formação do homem. Neste sentido, a Didática adquire um caráter crítico.

Volta-se para a preocupação com as finalidades e intencionalidades da educação, e com os pressupostos teórico-ideológicos que fundamentam o processo educativo. Buscando superar o intelectualismo formal do enfoque tradicional, evitando os efeitos do espontaneísmo escolanovista, combatendo a orientação desmobilizadora do tecnicismo, superando assim as tarefas especificamente pedagógicas, desprestigiadas a partir do discurso reprodutivista.

#### • Abordagem Multidimensional ou Fundamental

Didática - assume a multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem, seu objeto de estudo, colocando a articulação das dimensões técnica, humana, política, ética e estética no centro da sua temática. A Didática Fundamental apresenta as seguintes características:

- Assume a multidimensionalidade do seu objeto de estudo;
- Analisa a prática pedagógica concreta, contextualizando-a;
- Explicita os pressupostos das diferentes metodologias;
- Trabalha continuamente a relação teoria-prática;
- A reflexão didática parte do compromisso com a transformação social; e,
- Ensaia, experimenta, analisa, propõe.

Considerando a evolução dos conceitos anteriormente apresentados, pode-se dizer que a Didática já não pode ser encarada apenas como uma disciplina de caráter instrumental. Ela deve ser repensada em função dos objetivos mais amplos da educação, em função da problematização dos homens em suas relações com o mundo.

Ela já não pode entender-se como uma disciplina de pura ordem técnica, cujo objetivo seja o de rever o instrumental necessário aplicável à margem dos objetivos e estruturas do sistema educacional imperante. Ela implica numa combinação dos níveis teóricos e do instrumento na análise e elaboração dos problemas de seu âmbito, o que supõe uma inter-relação permanente entre a indagação teórica e a prática educativa.